

## **A POLÍTICA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO: CONTEXTO, ESTRUTURA E PERSPECTIVAS**

A cultura é parte essencial da vida social e também da economia. Mais do que uma expressão simbólica, ela é um direito, uma forma de inclusão e um campo profissional que gera trabalho, renda e inovação. No Estado de São Paulo, a política de fomento cultural vem sendo construída há quase duas décadas, em torno de uma visão que une desenvolvimento econômico, social e cultural.

Esse processo se consolidou a partir da Lei Estadual nº 12.268/2006, que instituiu o Programa de Ação Cultural (ProAC). Desde sua criação, o ProAC combinou duas formas de financiamento: o incentivo indireto, por meio da renúncia fiscal do ICMS, e o incentivo direto, com recursos do orçamento público destinados a apoiar projetos culturais. Ao longo dos anos, essa política deixou de ser apenas um programa de apoio pontual à produção artística e passou a estruturar uma verdadeira cadeia produtiva, envolvendo artistas, técnicos, produtores e espaços culturais em todo o Estado.

O período da pandemia foi um divisor de águas para o setor cultural em todo o país. A chegada da Lei Aldir Blanc, de caráter emergencial, mostrou a potência do uso do Fundo Nacional de Cultura para estruturar políticas permanentes. A experiência abriu caminho para outras legislações, como a Lei Paulo Gustavo, voltada especialmente ao audiovisual, e, mais recentemente, para a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que assegura repasses anuais de recursos até 2027. Esse novo cenário garantiu a descentralização de investimentos, envolvendo União, estados e municípios na formulação e execução de políticas culturais.

São Paulo respondeu de forma estratégica a esse movimento. A partir dos dados e experiências acumuladas pelo ProAC, o Estado mapeou necessidades do setor e definiu como integrar os recursos federais em sua política própria. Esse alinhamento possibilitou que União, Estado e municípios atuassem de maneira complementar: a União com repasses e diretrizes gerais; o Estado com investimentos em estrutura e modernização; e os municípios com a execução territorializada, próxima ao cidadão.

Com a entrada dos recursos da PNAB, a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas de São Paulo lançou em 2024 o programa Fomento CultSP, que unificou as principais fontes de financiamento. No primeiro ano, foram oferecidos 49 editais, somando aproximadamente de R\$ 400 milhões de recursos estaduais e federais, além de R\$ 100 milhões do ProAC ICMS. No total, o investimento que chega a R\$ 500 milhões aplicados diretamente no setor cultural paulista.

O ProAC Editais manteve-se como instrumento de fomento direto, baseado em critérios técnicos de seleção que consideram viabilidade, impacto social, inovação, acessibilidade e experiência dos proponentes. Já o ProAC ICMS seguiu como mecanismo de incentivo indireto, estimulando a iniciativa privada a investir em cultura por meio de renúncia fiscal.

Essa integração trouxe resultados importantes, como:

- Aumento dos valores de prêmios e cachês, garantindo remuneração mais digna para artistas e técnicos;
- Destinação de 60% das vagas para projetos do interior e litoral, reforçando a descentralização;
- Simplificação da prestação de contas no ProAC ICMS, com a criação de uma vitrine digital que conecta projetos e empresas patrocinadoras;
- Implantação de ferramentas digitais, como o Portal do Fomento, a Agenda Viva SP e painéis de monitoramento em tempo real.
- Essas mudanças significaram não apenas mais projetos aprovados, mas também produções mais qualificadas, melhor circulação e espaços culturais renovados e acessíveis.

A política paulista vai além de financiar projetos pontuais. Seu objetivo é estruturar o setor cultural para que seja sustentável e integrado às transformações da sociedade. O horizonte de cinco anos da PNAB permite consolidar um modelo que combina investimentos públicos, parcerias privadas e empreendedorismo cultural. Esse desenho fortalece toda a cadeia produtiva, gera emprego, garante inclusão e amplia o acesso da população.

O perfil dos proponentes também ilustra essa diversidade: trabalhadores autônomos, artistas independentes, produtores, coletivos e organizações culturais, com diferentes trajetórias, origens sociais e raciais. Para muitos deles, a cultura é a principal fonte de renda. O fomento, portanto, não é apenas um mecanismo de apoio a projetos, mas um meio de sustentar vidas, promover oportunidades e reduzir desigualdades.

A gestão baseada em dados é outro pilar dessa política. O uso de painéis de Business Intelligence (BI) permite acompanhar a execução financeira, medir impactos sociais e econômicos e avaliar resultados em tempo real. Essa prática coloca São Paulo na vanguarda da inovação e da transparência em políticas culturais.

O Estado de São Paulo consolidou uma política de cultura que hoje é referência nacional. Ao articular recursos próprios e federais, descentralizar investimentos e modernizar a gestão, construiu-se um sistema capaz de fortalecer toda a cadeia produtiva da cultura e da economia criativa.

Mais do que números, os resultados aparecem na vida das pessoas: no artista que recebe remuneração justa, no público que encontra mais qualidade e diversidade nas programações, nos espaços que se tornam mais acessíveis e inclusivos. A cultura se afirma, assim, como direito de todos, vetor de desenvolvimento e campo profissional em expansão.

O legado que se desenha é o de um setor cultural estruturado, inovador e sustentável, capaz de seguir crescendo para além dos ciclos de financiamento estatal. O desafio, daqui em diante, é consolidar essa trajetória, garantindo que a cultura paulista siga diversa, criativa e presente na vida de todos os cidadãos.

Liana Crocco

Gestora em Políticas de Cultura e Diretora de Fomento à Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo